

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	318.748
Preferenciais	0
Total	318.748
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.270.389	1.199.067
1.01	Ativo Circulante	266.614	186.896
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.011	3.943
1.01.02	Aplicações Financeiras	90.117	26.652
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	90.117	26.652
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	90.117	26.652
1.01.03	Contas a Receber	149.815	139.616
1.01.03.01	Clientes	149.815	139.616
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	168.887	156.550
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-10.857	-11.698
1.01.03.01.03	Provisão Para Devedores Duvidosos	-8.215	-5.236
1.01.04	Estoques	11.909	11.437
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.576	2.473
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.576	2.473
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.048	2.640
1.01.07.01	Antecipações Salariais	9.581	2.237
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	467	403
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	138	135
1.01.08.03	Outros	138	135
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	138	135
1.02	Ativo Não Circulante	1.003.775	1.012.171
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.161	57.413
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.549	1.710
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.549	1.710
1.02.01.03	Contas a Receber	32.855	35.376
1.02.01.03.01	Clientes	32.855	35.376
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.965	10.645
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.965	10.645
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.792	9.682
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.940	3.937
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Compensar	5.481	5.389
1.02.01.09.05	Despesas Antecipadas	371	356
1.02.02	Investimentos	240	239
1.02.02.01	Participações Societárias	240	239
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	240	239
1.02.03	Imobilizado	927.513	928.387
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	765.286	773.523
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	38.138	39.192
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	124.089	115.672
1.02.04	Intangível	25.861	26.132
1.02.04.01	Intangíveis	25.861	26.132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.270.389	1.199.067
2.01	Passivo Circulante	190.146	194.489
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	55.138	53.080
2.01.01.01	Obrigações Sociais	24.630	25.080
2.01.01.01.01	INSS	23.301	23.053
2.01.01.01.02	FGTS	1.329	2.027
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.508	28.000
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	148	379
2.01.01.02.02	Férias	25.129	27.621
2.01.01.02.03	Décimo Terceiro Salário	5.231	0
2.01.02	Fornecedores	30.968	61.794
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.968	61.794
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.451	25.034
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.330	22.926
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.091	5.060
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	3.443	5.661
2.01.03.01.03	Cofins	6.796	8.456
2.01.03.01.04	Pasep	1.474	1.795
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	0	940
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	339	654
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	74	142
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	113	218
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	1
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	0	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.121	2.107
2.01.03.03.01	FUNDAP	743	1.360
2.01.03.03.02	ISS S/ Terceiros	378	747
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.703	25.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.736	24.027
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.736	24.027
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.967	1.912
2.01.05	Outras Obrigações	15.314	14.999
2.01.05.02	Outros	15.314	14.999
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	388	681
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	2.343	1.958
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	639	625
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	428	417
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	249	234
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	10.398	10.358
2.01.05.02.11	Processos Julgados	554	390
2.01.05.02.12	Outras Contas a Pagar	315	336
2.01.06	Provisões	26.572	13.643
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.572	13.643
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	26.572	13.643
2.02	Passivo Não Circulante	674.881	614.686
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	368.915	297.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	319.689	247.663
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	319.689	247.663
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	49.226	49.739
2.02.02	Outras Obrigações	69.374	81.435
2.02.02.02	Outros	69.374	81.435
2.02.02.02.03	Tributos parcelados	5.872	15.160
2.02.02.02.04	Encargos Sociais Parcelados	63.168	65.942
2.02.02.02.05	Depósitos Judiciais - Autuação INSS	334	333
2.02.03	Tributos Diferidos	5.247	4.840
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.247	4.840
2.02.04	Provisões	35.007	33.398
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.007	33.398
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.989	4.778
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	30.282	27.824
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	716	776
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	196.338	197.611
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	196.338	197.611
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	196.338	197.611
2.03	Patrimônio Líquido	405.362	389.892
2.03.01	Capital Social Realizado	318.748	318.748
2.03.02	Reservas de Capital	3.548	3.548
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.641	1.641
2.03.02.08	Doações e Subvenções	1.907	1.907
2.03.04	Reservas de Lucros	67.596	67.596
2.03.04.01	Reserva Legal	3.403	3.403
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	40.756	64.658
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	23.437	23.437
2.03.04.10	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar	0	-23.902
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.470	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	202.410	172.673
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.983	-95.438
3.03	Resultado Bruto	96.427	77.235
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.962	-52.067
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.696	-14.076
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.627	-44.190
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.460	6.259
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-99	-60
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.465	25.168
3.06	Resultado Financeiro	-12.520	-12.885
3.06.01	Receitas Financeiras	9.381	4.374
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.901	-17.259
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.945	12.283
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.475	-759
3.08.01	Corrente	-2.471	-715
3.08.02	Diferido	996	-44
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.470	11.524
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.470	11.524
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04853	0,02824
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04853	0,02824

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	15.470	11.524
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.470	11.524

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.000	44.941
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	55.050	37.628
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	16.945	12.283
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	14.153	12.980
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	99	60
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	2.777	1.757
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosas	2.979	350
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	5.087	43
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	13.072	11.379
6.01.01.09	Subvenções governamentais realizadas	-2.606	-2.302
6.01.01.10	Encargos financeiros antecipados	341	285
6.01.01.11	Juros s/tributos parcelados - Longo Prazo	1.595	129
6.01.01.12	Variações monetárias s/financiamentos	1.456	1.310
6.01.01.13	Provisões para contingências	-848	-646
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.050	7.313
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	-13.437	789
6.01.02.02	Estoques	-472	-197
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	-30.826	12.550
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	7.892	6.270
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	-372	-209
6.01.02.06	Juros pagos	-9.862	-10.808
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-18.134	-1.199
6.01.02.08	Depósitos Vinculados	161	117
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.109	-17.948
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-13.109	-17.948
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	83.642	-24.681
6.03.01	Financiamentos obtidos	92.592	1.676
6.03.02	Encargos financeiros	-3.651	0
6.03.05	Amortização e financiamentos	-5.039	-26.680
6.03.06	Pagamento arrendamentos financeiros	-1.633	-1.340
6.03.07	Subvenções governamentais	1.373	1.663
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	60.533	2.312
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.595	7.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.128	9.370

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	318.748	3.548	67.596	0	0	389.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	318.748	3.548	67.596	0	0	389.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.470	0	15.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.470	0	15.470
5.07	Saldos Finais	318.748	3.548	67.596	15.470	0	405.362

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.097	3.548	0	-76.667	0	334.978
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.097	3.548	0	-76.667	0	334.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.524	0	11.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.524	0	11.524
5.07	Saldos Finais	408.097	3.548	0	-65.143	0	346.502

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	214.135	186.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	201.855	171.679
7.01.02	Outras Receitas	15.683	14.664
7.01.02.01	Prestação de Serviços	7.978	5.980
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	1.344	2.485
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	6.361	6.199
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.354	2.095
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.757	-2.108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.067	-48.527
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-28.012	-25.243
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.038	-15.619
7.02.04	Outros	-7.017	-7.665
7.02.04.01	Materiais Químicos	-7.017	-7.665
7.03	Valor Adicionado Bruto	165.068	137.803
7.04	Retenções	-14.153	-12.980
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.153	-12.980
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.915	124.823
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.381	4.374
7.06.02	Receitas Financeiras	9.381	4.374
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	160.296	129.197
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	160.296	129.197
7.08.01	Pessoal	91.384	73.519
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.587	52.640
7.08.01.02	Benefícios	31.587	16.962
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.210	3.917
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.605	22.747
7.08.02.01	Federais	23.518	20.893
7.08.02.02	Estaduais	947	690
7.08.02.03	Municipais	1.140	1.164
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.837	21.407
7.08.03.01	Juros	16.155	14.002
7.08.03.02	Aluguéis	5.936	4.148
7.08.03.03	Outras	5.746	3.257
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.470	11.524
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.470	11.524

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

No 1º trimestre de 2017 (1T2017) a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 15.470, versus um lucro obtido no 1º trimestre de 2016 (1T2016) de R\$ 11.524. Os comentários a seguir, esclarecem o resultado apontado em relação ao mesmo período do ano anterior:

1. Receitas

1.1) A receita líquida de vendas e serviços teve uma evolução de 17,22% ou R\$ 29.737 no 1º trimestre de 2017, quando confrontada ao mesmo período de 2016. Os principais fatores que determinaram o aumento foram os seguintes:

1.1.1) “Abastecimento de Água e Saneamento”: +R\$ 29.546, determinado pelos seguintes fatores: **a)** Reflexo integral do Reajuste tarifário de 10,95%, com vigência a partir de 05/02/2016, conforme Resolução ARES-PCJ nº 117, de 23 de dezembro de 2015; **b)** aumento do consumo na ordem de 4,5% (*vide tabela abaixo*) e **c)** Reflexo parcial do Reajuste tarifário de 10,67%, com vigência a partir de 01/02/2017, conforme Resolução ARES-PCJ nº 168, de 28 de dezembro de 2016.

1.1.2) Prestação de serviços”: +R\$ 1.998, pelo crescimento do faturamento com contratos de serviços de participação em obras externas, no montante de R\$ 1.741;

Em contraposição foi apontado a seguinte movimentação de queda da receita:

1.1.3) “Redes de água e esgoto”: -R\$ 1.141, pela queda do faturamento com redes de água e esgoto e ligações em relação ao 1º trimestre de 2016.

	1T2017	1T2016	Var. R\$	Var. %
Receita bruta fiscal				
Abastecimento de água e saneamento	215.321	185.775	29.546	15,90
Prestação de serviços	7.978	5.980	1.998	33,41
Redes de água e esgoto	1.344	2.485	-1.141	-45,92
Total da receita bruta	224.643	194.240	30.403	15,65
Deduções				
Descontos, retificações e devoluções	-13.466	-14.096	630	-4,47
Contribuições sobre vendas e serviços	-8.767	-7.471	-1.296	17,35
Total das deduções	-22.233	-21.567	-666	3,09
Total da Receita Líquida	202.410	172.673	29.737	17,22

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto em comparação trimestral (1T2017 × 1T2016), de acordo com a categoria de uso, em milhares de m³:

Categoria	1T2017			1T2016			Variação %		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial	18.120	15.796	33.916	17.484	14.850	32.334	3,6	6,4	4,9
Pública	492	425	917	425	452	877	15,8	-6,0	4,6
Comercial	2.115	1.982	4.097	2.118	1.912	4.030	-0,1	3,7	1,7
Industrial	122	133	255	132	193	325	-7,6	-3,1	-21,5
Subtotal	20.849	18.336	39.185	20.159	17.407	37.566	3,4	5,3	4,3
Exportada	67	-	67	-	-	-	-	-	-
Total	20.916	18.336	39.252	20.159	17.407	37.566	3,8	5,3	4,5

Comentário do Desempenho



2. Custos e despesas

- 2.1)** Os custos e despesas assinalaram um crescimento de 16,66% ou R\$ 25.602 no 1º trimestre de 2017 (1T2017), comparativamente ao 1º trimestre de 2016 (1T2016). Os principais acontecimentos motivaram essa variação foram os seguintes:
- 2.1.1) “Salários e encargos”:** +R\$ 18.646, em decorrência dos seguintes fatores: **a)** +R\$ 11.972, pela retomada do Plano de aposentadoria Incentivada (PAI), que estava suspenso até 31 de dezembro de 2016, com a adesão de 83 (oitenta e três) funcionários, com os seguintes benefícios: **a1)** indenização por aposentadoria (8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função e o valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios) e **a2)** Assistência Médica por um período de 60 (sessenta) meses, inclusive aos cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais e **b)** reajuste salarial de 9,33%, conforme Acordo coletivo de Trabalho da categoria, data-base de maio de 2016;
- 2.1.2) “Serviços terceirizados”:** +R\$ 5.452, com o aumento dos custos e despesas dos seguintes serviços: **a)** +R\$ 2.809, propaganda e publicidade, com destaque para as campanhas “Operação Campinas 2016” de combate à dengue e “Água se a Gente Cuida a Gente Tem”; **b)** +R\$ 897, com remoção de lodo e resíduos pelo aumento da capacidade de tratamento de esgoto e melhora do desempenho das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE’s); **c)** +R\$ 574, com as manutenções de edifícios e instalações dos sistemas operativos de água e esgoto e **d)** +R\$ 542, com a maior incidência dos serviços de recomposição de vias e passeios;
- 2.1.3) “Provisão para devedores duvidosos”:** +R\$ 2.628, pelo aumento da inadimplência nas carteiras de água e esgoto, na ordem de R\$ 1.759, e de prestação de serviços, no montante de R\$ 977;
- 2.1.4) “Aluguéis”:** +R\$ 1.789, pela maior quantidade de serviços executados por caminhões esgota-fossa alocados;
- 2.1.5) “Materiais Gerais”:** +R\$ 1.321, pelo aumento das aquisições e requisições de materiais para as manutenções e obras dos sistemas operativos de água e esgoto;
- 2.1.6) “Depreciação”:** +R\$ 1.173, pelo início do cálculo da depreciação das obras encerradas após o 1º trimestre de 2016, com destaque para os Sistemas de Esgotamento Sanitário Nova América e Satélite Iris e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) San Martin;
- 2.1.7) “Perdas no recebimento de créditos”:** +R\$ 1.019, pelo aumento das perdas nas carteiras de água e esgoto no montante de R\$ 846;

Em contraposição foram apontadas as seguintes movimentações de queda das despesas:

- 2.1.8) “Multas sobre encargos sociais e fiscais”:** -R\$ 4.560, pelos parcelamentos e pagamentos dos débitos em atraso da COFINS, PIS e Contribuição Previdenciária (parte empresa).

Comentário do Desempenho



A composição dos custos e despesas, por natureza, é a seguinte:

	1T2017	1T2016	Var. R\$	Var. %
Salários e ordenados	105.591	86.945	18.646	21,45
Materiais de tratamento	7.016	7.665	-649	-8,47
Materiais gerais	6.339	5.018	1.321	26,33
Serviços terceirizados	21.692	16.240	5.452	33,57
Alugueis	5.936	4.147	1.789	43,14
Tributos	1.148	1.085	63	5,81
Energia elétrica	9.818	10.781	-963	-8,93
Outras utilidades	295	521	-226	-43,38
Depreciações	14.153	12.980	1.173	9,04
Provisão devedores duvidosos	2.979	351	2.628	748,72
Perdas recebimento créditos	2.776	1.757	1.019	58,00
Processos julgados	1.182	1.101	81	7,36
Outras contingências	105	-10	115	-1150
Multas enc. sociais fiscais	201	4.761	-4.560	-95,78
Despesas bancárias	944	856	88	10,28
Despesas ativadas	-2.344	-2.084	-260	12,48
Outros custos e despesas	1.475	1.590	-115	-7,23
Total	179.306	153.704	25.602	16,66

3. Outras receitas e despesas

3.1.1) O grupo de “outras receitas (despesas) operacionais”, registraram um crescimento de 2,61% ou R\$ 162.

	1T2017	1T2016	Var. R\$	Var. %
Outras receitas				
Recuperação de perdas	2.540	2.083	457	21,94
Subvenções governamentais	2.606	2.302	304	13,21
Sem par conta corrente	680	772	-92	-11,92
Termos de autorização de uso	273	246	27	10,98
Multas contratuais	79	154	-75	-48,7
Exclusividade de prestação de serviços financeiros	20	270	-250	-92,59
Outros	262	432	-170	-39,35
Total das outras receitas	6.460	6.259	201	3,21
Outras despesas				
Resultado na baixa de imobilizado	-99	-60	-39	65,00
Totais das outras despesas	-99	-60	-39	65,00
Total outras receitas e despesas	6.361	6.199	162	2,61

Comentário do Desempenho



4. Resultado financeiro

- 4.1)** O resultado financeiro apresentou um decréscimo (com efeito positivo) de 2,83% ou R\$ 365 em valores nominais. Seguem abaixo os acontecimentos que justificaram este desempenho:
- 4.1.1)** “**Variações monetárias sobre arrecadações**”, “**Juros de mora sobre arrecadação**” (*Receitas financeiras*): +R\$ 1.689 e +R\$ 1.045, respectivamente, motivadas pelos aumentos dos acordos de parcelamento de débitos de contas d’água e esgoto;
- 4.1.2)** “**Rendimentos de aplicações**”: +R\$ 1.637, pelo crescimento das aplicações financeiras no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior;
- 4.1.3)** “**Encargos financeiros sobre fornecedores**”: -R\$ 1.038, pela regularização dos pagamentos dos compromissos com fornecedores;

Em contrapartida foram registradas as seguintes movimentações de aumento (negativo) do resultado financeiro:

- 4.1.4)** “**Descontos concedidos**”: -R\$ 2.051, pelo aumento dos acordos de parcelamentos de débitos de contas d’água e esgoto;
- 4.1.5)** “**Juros passivos**”: -R\$ 3.038, pela entrada em operação no mercado de capitais do SANASA Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (SANASA FIDC), aliado à contratação de novos empréstimos para capital de giro;

	1T2017	1T2016	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras				
Juros de mora sobre arrecadações	4.417	3.372	1.045	30,99
Var. monetárias de arrecadações	2.622	933	1.689	181,03
Rendimentos de aplicações	2.129	492	1.637	332,72
Variações monetárias ativas	2	2	-	-
Juros ativos	113	122	-9	-7,38
Descontos obtidos		125	-125	-
Ajuste a valor presente	28	-728	756	-103,85
Outras	70	56	14	25,00
Totais das receitas financeiras	9.381	4.374	5.007	12,5
Despesas financeiras				
Juros passivos	-13.154	-10.116	-3.038	30,03
Variações monetárias passivas	-1.516	-1.577	61	-3,87
Juros – encargos sociais e fiscais	-2.847	-2.694	-153	5,68
Descontos concedidos	-3.047	-996	-2.051	205,92
Despesas de financiamento	-1.183	-684	-499	72,95
Encargos financeiros sobre fornecedores e outras	-154	-1.192	1.038	-
Totais das despesas financeiras	-21.901	-17.259	-4.642	26,90
Total do Resultado Financeiro	-12.520	-12.885	365	-2,83

Comentário do Desempenho



5. Indicadores econômico-financeiros

Os números abaixo evidenciam a situação econômico-financeira da Sociedade no 1º trimestre de 2017:

Indicadores de liquidez e endividamento (*)	31/03/2016	31/12/2016	Var. %
Indicadores de liquidez			
Liquidez geral	0,37	0,30	+23,33%
Liquidez corrente	1,40	0,96	+45,83%
Liquidez seca	1,34	0,90	+48,89%
Liquidez imediata	0,48	0,16	+200,00%
Indicadores de endividamento			
Participação de capitais de terceiros	2,13	2,08	+2,40%
Composição do endividamento	0,22	0,24	-8,33%
Endividamento geral	0,68	0,67	+1,49%
Imobilização do patrimônio líquido	2,35	2,45	-4,08%
Imobilização de recursos não correntes	0,88	0,95	-7,37%
Indicadores de rentabilidade e lucratividade (*)			
Margem líquida	7,64%	6,67%	+14,54
Giro do ativo	0,16	0,15	+6,67
Rentabilidade do patrimônio líquido	3,82%	3,33%	+14,71
Margem EBITDA (**)	21,55%	22,09%	-2,44

(*) Os indicadores econômicos financeiros não foram revisados pelos auditores independentes

(**) LAJIDA: Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Estes indicadores possibilitam a análise dos resultados econômico-financeiros alcançados pela Administração da Companhia, a seguir comentados:

- Todos os índices de liquidez, lucratividade e rentabilidade apontaram crescimento, em razão da evolução do faturamento, além do aumento dos ativos circulantes e não circulantes de 29,67% ante um aumento de 6,90% do capital de terceiros.
- O avanço de 2,40% no indicador “Participação de capitais de terceiros” se deve ao crescimento dos empréstimos e financiamentos em razão da entrada em operação do SANASA FIDC e da contratação de novos empréstimos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais Período findo em 31 de março de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 05 de maio de 2017.

2.2 Base de mensuração

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas



As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 12 – Ativo imobilizado
- Nota nº 14 – Empréstimos e financiamentos
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados
- Nota nº 19 – Provisões

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

Notas Explicativas



A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Notas Explicativas



Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas



f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Plano de previdência privada complementar de contribuição definida; e
- Assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h.1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h.2) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

i) Redução ao valor recuperável – Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Notas Explicativas



Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Em 31 de março de 2017, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Notas Explicativas



A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida

Notas Explicativas



média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, e está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9 (*Financial Instruments*), que substituirá o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47, em correlação à norma IFRS15 (*Revenue from Contracts With Customers*), introduzindo um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (IAS 11) e as intepretações correlacionadas.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	1.011	3.943
Total	1.011	3.943

Notas Explicativas

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

5. Aplicações financeiras

	31/03/2017	31/12/2016
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	90.117	26.652
Subtotal de aplicações financeiras circulantes	90.117	26.652
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	1.549	1.710
Subtotal de aplicações financeiras não circulantes	1.549	1.710
Total de aplicações financeiras	91.666	28.362

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 72,71% a 101,85% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

6. Contas a receber e fornecimentos a faturar

	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Água e esgoto – consumidores	117.587	97.429
Água e esgoto – partes relacionadas	13.028	6.406
Fornecimentos a faturar	-	17.109
Contratos de prestação de serviços – consumidores	18.826	17.853
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	129	98
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	13.447	12.498
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	8.214	7.529
	171.231	158.922
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	-10.857	-11.698
Provisão para devedores duvidosos	-8.215	-5.236
Ajustes a valor presente	-2.344	-2.372
	-21.416	-19.306
Saldo líquido de contas a receber Circulante	149.815	139.616
Não circulante		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	7.013	7.894
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	6	3
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	23.906	22.811
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	6.160	8.898
	37.085	39.606
Menos:		
Ajustes a valor presente	-4.230	-4.230
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante	32.855	35.376
Total	182.670	174.992

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

Notas Explicativas

	31/03/2017	31/12/2016
Créditos a vencer	158.627	155.761
Créditos em atraso de 1 mês	23.653	20.600
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	6.959	5.234
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	6.093	3.939
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	6.201	5.258
Créditos em atraso acima de 12 meses	6.783	7.736
Subtotal	208.316	198.528
(-) Provisões	-19.072	-16.934
(-) Ajuste a valor presente	-6.574	-6.602
Total	182.670	174.992

A provisão para devedores duvidosos que totalizou em 31 de março de 2017, R\$ 8.215 (R\$ 5.236 em 31 de dezembro de 2016), e a provisão para perdas no valor de R\$ 10.857 (R\$ 11.698 em 31 de dezembro de 2016), são registrados com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

7. Estoques

	31/03/2017	31/12/2016
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.590	6.823
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.655	1.646
Materiais químicos	1.056	1.292
Materiais de expediente e consumo	813	863
Outros	795	813
Total	11.909	11.437

8. Impostos e contribuições a compensar

	31/03/2017	31/12/2016
COFINS a compensar (a)	4.451	4.377
IRPJ e CSLL a recuperar (b)	1.232	1.211
Créditos COFINS	829	829
PIS a compensar (a)	1.030	1.012
Créditos PIS	180	180
CSL paga por estimativa	1.025	-
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	310	253
Total	9.057	7.862
Circulante	3.576	2.473
Não Circulante	5.481	5.389

- a) Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 19 (c), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativos aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.

Notas Explicativas



- b) Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior, e CSLL paga por estimativa durante o ano corrente.

9. Ativos fiscais diferidos reconhecidos

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		31/03/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal acumulado de 2014 e 2015	-	-	6.082
Benefícios a empregados	40.349	3.632	2.504
Contingências trabalhistas	10.404	936	922
Ajustes a valor presente	6.575	592	594
Provisão para devedores duvidosos	8.215	739	471
Contingências cíveis	716	64	70
Contingências fiscais	20	2	2
Total		5.965	10.645

10. Bancos – contas vinculadas

Contratos	Data	Obra	Previsão de resgate	31/03/2017	31/12/2016
PRODES-034/2002	13/12/2002	ETE Sousas	Fevereiro/2017 a Maio/2018	1.067	1.243
157.950-07	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	361	350
20/308.070-2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	62	60
20/308.073-6	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	40	40
20/299.470-5	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Setembro/2021	175	170
410.018-73/13	04/12/2015	Abastecimento de água	Maio/2036	432	419
423.127-67/14	17/11/2015	Esgotamento sanitário	Setembro/2036	144	139
423.126-53/14	09/05/2014	ETE Boa Vista	Março/2037	121	117
Total				2.402	2.538
Circulante				853	828
Não Circulante				1.549	1.710

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta “Aplicações Financeiras” (nota explicativa nº 05).

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem uma obra em andamento vinculada a este programa:

Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas: A obra desta ETE foi totalmente concluída no terceiro trimestre de 2014 e opera continuamente, em todas as etapas de tratamento e em período integral. A ETE Sousas está em operação e a Agência Nacional de Águas (ANA) avalia sua certificação, desde 01 de abril de 2015.

Em 12 de dezembro de 2014, foi assinada a ratificação do contrato PRODES 034/2002, visando atender as seguintes finalidades: a) alterar as metas de cargas poluidoras e de volume de esgoto tratado e b) revisão dos valores e o período de resgate (doze parcelas trimestrais iguais e sucessivas) a serem repassados pela ANA referentes ao empreendimento da ETE Sousas, de acordo com as novas condições para aporte de recursos financeiros. Estas alterações do contrato resultaram no resgate parcial de R\$ 1.455 pela ANA da aplicação no Fundo Caixa FIF ETE Sousas, destinada à SANASA, adequando-a ao novo valor do contrato.

Notas Explicativas



No dia 23 de março de 2017, a SANASA, regatou a parcela 7/12 do contrato PRODES 034/2002, no montante de R\$ 207, visto que atendeu as condições estabelecidas, conforme Notificação de Atendimento aos Compromissos Contratuais (NACC) nº 324/2017.

- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11. Depósitos judiciais

	31/03/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais – processos cíveis	1.402	1.359
Autos de penhoras trabalhistas	1.292	1.312
Depósitos recursais – FGTS	880	902
Outros	366	364
Total	3.940	3.937

12. Ativo imobilizado

	Terrenos e edifícios	Sistemas de água e esgoto	Veículos, máquinas e equip.	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias imóveis 3 ^{es}	Bens em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	130.730	488.052	41.335	59.454	2.374	11.618	177.575	911.138
Adições	271	7.077	1.939	907	69	-	55.925	66.188
Alienações	-	-	-97	-12	-2	-	-	-111
Depreciação	-4.531	-23.914	-7.395	-11.435	-871	-682	-	-48.828
Transferências	18.526	81.856	4.789	12.650	7	-	-117.828	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	144.996	553.071	40.571	61.564	1.577	10.936	115.672	928.387
Adições	101	951	1.087	79	64	-	9.935	12.217
Alienações	-	-	-96	-2	-1	-	-	-99
Depreciação	-1.253	6.367	1.931	3.050	-220	-171	-	-12.992
Transferências	320	1.149	-	49	-	-	-1.518	-
Saldo em 31 de março de 2017	144.164	548.804	39.631	58.640	1.420	10.765	124.089	927.513

As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2017 e 2016 são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	10 anos

Notas Explicativas



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água de 50 anos e das máquinas operatrizes de 10 anos foram revisadas conforme o pronunciamento CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permanecem com o tempo de vida útil de 25 anos.
- b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$ 12.217 (R\$ 17.353, no primeiro trimestre de 2016). Deste montante, destacam-se as obras em andamento: a) Estação de Tratamento de Esgoto Boa Vista; b) Subadutora São Bernardo / Distrito Industrial e implantação de reservatório; c) Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté e d) Obras de implantação de controle de pressão de vazão e reabilitação da infraestrutura das Redes e Ligações de Água nos bairros São Quirino e Vila Modesto Fernandes.
- c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.
- d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto à CAIXA com juros que variam de 6,5% a 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

	31/03/2017	31/03/2016
Banco / Obras		
CAIXA – Substituição de Rede de Água Jardim Paulistano	-	68
CAIXA – Substituição de Rede de Água Vila Carminha	-	39
CAIXA – Substituição de Rede de Água Jardim Primavera	-	16
CAIXA – Substituição de Rede de Água Jardim Planalto	-	39
CAIXA – Substituição de Rede de Água Nova Campinas I	-	110
CAIXA – Substituição de Rede de Água Nova Campinas II	-	29
CAIXA – Construção de Reservatório e Subadutora Região do DIC	487	402
CAIXA – Construção de Reservatórios Metálicos	131	108
CAIXA – Ampliação de Redes de Esgoto – Bairros Solar Campinas, Satélite Iris II e III	28	18
CAIXA – Ampliação de Redes de Esgoto – Parque Palmares e Região do Alphaville	22	14
CAIXA – Substituição de Rede de Água – Palo Alto	-	6
CAIXA – ETE Boa Vista	58	-
Total	726	849

13. Ativos intangíveis

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2016	15.439	13.112	28.551
Aquisições	861	1.511	2.372
Amortização	-4.035	-490	-4.525
Alienações	-	-266	-266
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	12.265	13.867	26.132
Aquisições	399	492	891
Amortização	-1.036	-126	-1.162
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	11.628	14.233	25.861

Notas Explicativas



14. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2017	31/12/2016
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	39.736	24.027
Passivos de arrendamento financeiro	1.967	1.912
Total no passivo circulante	41.703	25.939
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	319.689	247.663
Passivos de arrendamento financeiro	49.226	49.739
Total no passivo não circulante	368.915	297.402
Total de Empréstimos e financiamentos	410.618	323.341

Instituições financeiras	Vencimento final	Encargos	Valor contábil	
			31/03/2017	31/12/2016
Financiamentos				
CAIXA - Pro-saneamento	2022	Varição da UPR mais 6,5% a.a., mais taxa de risco de 1,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	19.013	19.728
CAIXA - Saneamento para todos	2036	Juros de 6% a.a. mais taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,5% a.a.	76.809	67.536
Total de financiamentos			95.822	87.264
Finames				
CAIXA	2020	Remuneração BNDES de 0,8% a.a. a 4,5% a.a. e Remuneração CAIXA de 1,5% a.a. a 1,7% a.a.	4.181	4.850
Total de finames			4.181	4.850
Empréstimos				
Banco Daycoval	2020	Varição da CDI mais 0,70% a.m. ou 8,73% a.a.	24.147	25.244
Banco Santander	2015	Varição da CDI mais 1,72% a.m. ou 15,39% a.a.	29.437	-
Banco Sofisa	2020	Varição da CDI mais 0,85% a.m. ou 10,69% a.a.	15.496	15.047
Banco Fibra	2019	Varição da CDI mais 0,72% a.m. ou 9,00% a.a.	40.000	40.060
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2024	Varição do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a.	162.174	107.749
Subtotal de empréstimos			271.254	188.100
(-) Encargos antecipados			-11.832	-8.524
Total de empréstimos			259.422	179.576
Total de financiamentos, finame e empréstimos			359.425	271.690
Arrendamentos financeiros				
Odebrecht Ambiental Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	51.193	51.651
Total de arrendamentos financeiros			51.193	51.651
Total de financiamentos, finame, empréstimos e arrendamentos			410.618	323.341
Circulante			41.703	25.939
Não Circulante			368.915	297.402

Movimentações dos empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas



	31/03/2017	31/12/2016
Financiamentos		
Saldo no início do exercício	87.264	78.153
Desembolsos	9.136	10.850
Juros	1.573	5.796
Atualizações monetárias	331	1.613
Taxa de administração	461	1.616
Pagamentos	-2.943	-10.764
- Principal	-1.062	-3.652
- Juros	-1.546	-5.674
- Taxa de administração	-335	-1.438
Saldo no final do exercício	95.822	87.264
Finames		
Saldo no início do exercício	4.850	7.568
Desembolsos	-	-
Juros	50	269
Pagamentos	-719	-2.987
- Principal	-637	-2.713
- Juros	-82	-274
Saldo no final do exercício	4.181	4.850
Empréstimos		
Saldo no início do exercício	179.576	178.213
Desembolsos	82.306	191.299
Juros	7.597	24.483
Pagamentos	-6.749	-208.853
- Principal	-3.340	-178.692
- Juros	-3.409	-30.161
Encargos financeiros antecipados	-3.650	-8.606
Realização encargos financeiros	342	3.040
Saldo no final do exercício	259.422	179.576

Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos	Total
Financiamentos	6.474	6.752	6.752	6.752	6.753	62.339	95.822
Empréstimos	30.808	36.835	40.337	36.724	29.046	85.672	259.422
Finame	2.454	599	593	459	76	-	4.181
Total	39.736	44.186	47.682	43.935	35.875	148.011	359.425

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até 1 ano	1.967	10.432	12.399	1.913	10.487	12.400
De 1 a 5 anos	13.997	47.999	61.996	13.606	48.390	61.996
Acima de 5 anos	35.229	45.366	80.595	36.132	47.561	83.693
Total	51.193	103.797	154.990	51.651	106.438	158.089

Notas Explicativas



a) Financiamentos

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: *a)* Para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 30 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 71.947, sendo que já foi desembolsado, até 31 de março de 2016, a soma de R\$ 63.997, *b)* Para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Iris II e III, Solar de Campinas, e Parque Palmares, que atenderá 7.484 habitantes, no montante de R\$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até dezembro de 2016, o total de R\$ 5.655 e *c)* Ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, no montante de R\$ 45.998, sendo que já foi desembolsado, até dezembro de 2016, a soma de R\$ 4.888.

b) Financiamentos FINAME

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroscavadeiras).

c) Empréstimos

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

c1) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

Em 28 de maio de 2015, o conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

No dia 19 de fevereiro de 2016, os acionistas, através de Assembleia Extraordinária, autorizaram a cessão, pela Companhia, ao FIDC (SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de parte dos direitos oriundos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico.

A coordenação para o processo de constituição, estruturação e colocação do SANASA FIDC, ficou sob a responsabilidade da empresa PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. em conjunto com os seguintes participantes: Administrador / Gestor do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados e Agente de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Em dezembro de 2016 iniciou-se as atividades do SANASA FIDC, com a colocação no mercado de capitais de 115.493 (cento e quinze mil e quatrocentos e noventa e três) cotas sêniores, totalizando a integralização de R\$ 115.534 (cento e quinze milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais). Também foram capitalizadas pela SANASA, 5.544 (cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) cotas subordinadas, totalizando R\$ 5.546 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil reais), equivalente ao percentual de 4,8% sobre o valor das cotas sêniores integralizada.

A colocação de cotas sêniores do SANASA FIDC no mercado foi concluída no período de janeiro a 03 de março de 2017 (data final de colocação de cotas), totalizando 170.000 (cento e setenta mil cotas) pelo valor total de R\$ 170.477 (cento e setenta milhões e quatrocentos e setenta e sete mil reais), com a integralização no 1º trimestre de 2017 de R\$ 54.943 (cinquenta e quatro milhões e

Notas Explicativas



novecentos e quarenta e três mil reais) em cotas sêniores e R\$ 2.937 (dois milhões e novecentos e trinta e sete mil reais) em cotas subordinadas, integralizados no primeiro trimestre de 2017.

Esta operação possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (FIDC);
- Emissor: SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.;
- Total de cotas: até 170.000 (cento e setenta mil) cotas;
- Regime de colocação: Distribuição pública em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2001;
- Cobertura da dívida: a Cedente (SANASA) repassará ao Cessionário, diariamente, seus direitos creditórios até o limite percentual de 20,4% (vinte vírgula quatro por cento), durante o prazo de duração do fundo;
- Data de vencimento: 96 meses a partir da data de emissão (8 anos);
- Atualização monetária: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Remuneração: juros fixos de 11% a.a.;
- Carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;
- Amortização do principal por mês: 4,2% do principal do 25º ao 30º mês; 4,5% do principal do 31º ao 36º mês; 6,0% do principal do 37º ao 42º mês; 6,6% do principal do 43º ao 48º mês; 8,1% do principal do 49º ao 54º mês; 8,4% do principal do 55º ao 60º mês; 10,2% do principal do 61º ao 66º mês; 11,4% do principal do 67º ao 72º mês; 13,8% do principal do 73º ao 78º mês; 15,0% do principal do 79º ao 84º mês; 9,0% do principal do 85º ao 90º mês; 2,75% do principal do 91º ao 95º mês e 0,05% do principal no 96º mês;
- Periodicidade dos juros: juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo principal;
- Cotas Subordinadas: 4,8% da operação (adquiridas pela SANASA);
- *Covenants* Financeiros:
 - I. Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e
 - II. Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Os encargos financeiros correspondem: a) aos serviços prestados com estruturação e distribuição da SANASA FIDC, no mercado, na importância de R\$ 11.846 e b) abertura de Crédito (TAC) do contrato de abertura de crédito junto ao banco Fibra, no total de R\$ 410.

d) Arrendamentos Mercantis Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Odebrecht Ambiental Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597. Em 31 de março de 2017, o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 38.138 (R\$ 39.192 em 2016).

Notas Explicativas



15. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2017	31/12/2016
Obrigações fiscais federais		
Imposto de renda (a)	4.620	4.620
Contribuição Social	2.471	439
Cofins	5.118	4.978
Pis	1.110	1.080
Imposto de renda retido na fonte	3.443	5.661
Imposto de Renda parcelado	-	179
Contribuição social parcelado (b)	-	2.850
Cofins parcelado (c)	6.505	14.313
PIS parcelado (c)	1.409	2.952
Outros	526	1.014
Total das obrigações fiscais federais	25.202	38.086
Obrigações fiscais estaduais		
ICMS a recolher	-	1
Total das obrigações fiscais estaduais	-	1
Obrigações fiscais municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	378	745
FUNDAP	743	1.361
ISS	-	1
Total das obrigações fiscais municipais	1.121	2.107
Total das Obrigações Fiscais	26.323	40.194
Circulante	20.451	25.034
Não circulante	5.872	15.160

- a) Imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- b) Refere-se ao parcelamento do PIS e da COFINS do período de competência de outubro de 2014 até fevereiro de 2015, para pagamento em 60 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.

Às reduções financeiras ocorridas nas rubricas parceladas de Contribuição Social, Cofins e Pis, deu-se em virtude da Companhia, em 09/02/2017 aderir ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme Medida Provisória nº 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017, onde no momento da adesão precisou desistir de alguns parcelamentos em andamento e escolher uma das quatro opções de quitação existentes, abaixo mencionada a opção escolhida:

“Pagamento a vista ou em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Receita Federal”

Em 09/02/2017 foram desistidos dos parcelamentos 10830.722.073/2015-21, 10830.721.776/2016-13 e 10830.721.778/2016-11 totalizados em R\$ 11.195, e quitados através do pagamento em 24/02/2017 do DARF de R\$ 5.112 e da utilização dos créditos gerados pela base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor R\$ 6.083, referente aos anos de 2014 e 2015, declarados para a Receita Federal do Brasil através da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Como mencionado, para a companhia tais valores consideram-se quitados, porém para a Receita Federal do Brasil o processo de adesão ao Programa de Regularização Tributária encontra-se no status “em consolidação”, somente após 31/05/2017, data final para adesão

Notas Explicativas



e pagamento do PRT, a Receita Federal do Brasil, divulgará, por meio de ato normativo em seu sítio na Internet, o prazo que o sujeito passivo apresente as informações necessárias à consolidação do parcelamento ou do pagamento à vista com utilização de créditos gerados pela base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Após verificação das informações pela Receita Federal do Brasil, o procedimento será considerado homologado.

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	16.945	77.175
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	-1.525	-6.946
Doações e despesas indedutíveis	-122	-394
Arrendamento mercantil	-56	-218
Reserva especial realizada	-1	-3
Juros sobre capital próprio	-	2.151
Subvenções governamentais	235	968
Excesso de juros sobre capital próprio (art. 9º - Lei 9.249/95)	-	-136
Multas indedutíveis	-6	-12
Base de cálculo negativa	-	6.232
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	-1.475	1.642
Alíquota Efetiva	8,70%	2,11%
Contribuição social corrente	-2.471	-3.814
Contribuição social diferida	996	5.456

16. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de março de 2017, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como o pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a PMC estão detalhados abaixo:

	31/03/2017		31/12/2016	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos SANASA (nota explicativa nº 6)				
Fornecimento de água e esgoto	13.028	-	6.406	-
Prestação de serviços	129	6	98	3
Parcelamento de débito	8.214	6.160	7.529	8.898
Total	21.371	6.166	14.033	8.901

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou em 31 de março de 2017, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 6.629 (R\$ 25.213 em 31 de dezembro de 2016). Com parcelamento de débitos da PMC, a SANASA não faturou (R\$ 16.429 em 31 de dezembro de 2016). Já com prestação de serviços, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 39 (R\$ 184 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas



	31/03/2017		31/12/2016	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
FUNDAP	743	-	1.360	-
ISSQN	348	-	747	-
Total	1.121	-	2.107	-

No primeiro trimestre de 2017, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R\$ 890 (R\$ 751, no primeiro trimestre de 2016), que se referem a benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R\$ 202 (R\$ 190 no primeiro trimestre de 2016) a título de encargos sociais.

17. Salários e Encargos Sociais

	31/03/2017	31/12/2016
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	148	379
Provisão para férias	25.129	27.621
Provisão 13º salário	5.231	-
Subtotal	30.508	28.000
Obrigações sociais		
INSS	6.073	6.193
INSS parcelado (a)	80.396	82.802
FGTS	1.329	2.027
Subtotal	87.798	91.022
Total	118.306	119.022
Circulante	55.138	53.080
Não Circulante	63.168	65.942

a) Refere-se ao parcelamento da Contribuição Previdenciária (parte empregador) dos períodos de competências de outubro de 2014 até março de 2015, maio de 2015 a fevereiro de 2016 e de abril de 2016 a outubro de 2016, para pagamento em 60 prestações mensais atualizadas pela SELIC.

18. Benefícios a empregados

	31/03/2017	31/12/2016
Participações no resultado	15.608	11.421
Previdência privada	897	2.222
Provisão de benefícios pós-emprego	39.669	27.824
Provisão de gratificação natalina	348	-
Provisão para prêmio incentivo	332	-
Total	56.854	41.467
Circulante	26.572	13.643
Não Circulante	30.282	27.824

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Notas Explicativas

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida. O Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão. De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia ofereceu aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE.

Em 31 de março de 2017, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	31/03/2017	31/12/2016
Custo do serviço passado		
Valor do custo do serviço passado (com juros)	-37.649	-37.102
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	7.243	7.813
Passivo reconhecido	-30.406	-29.289
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	-374	-302
Variação do passivo no exercício	-1.118	-3.811
Contribuições da patrocinadora pagas no período	1.118	3.465
Passivo líquido	-374	-648
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	1.558	6.804
Serviço passado amortizado	1.118	3.811
Total da despesa reconhecida no resultado	2.676	10.615
Saldo do balanço		
Plano de previdência complementar	523	1.574
Plano de previdência serviço passado	374	648
Total	897	2.222

b) Outros benefícios pós-emprego**b1) Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)**

Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia estabeleceu um novo prazo para a adesão ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 15 de janeiro de 2017 à 15 de fevereiro de 2017, aos funcionários que atendessem cumulativamente, até 15 de dezembro de 2017, as seguintes condições: a) tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 5 anos; b) elegíveis à aposentadoria, por tempo de contribuição (integral ou proporcional) ou por idade, pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e c) pertencer ao quadro de carreira da Companhia. O valor total do programa, que beneficia um grupo de 83 funcionários que efetuaram a adesão até 15 de fevereiro de 2017, é de R\$ 11.972.

A indenização do PAI, que beneficiará um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão é composta de:

- a) 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- b) Valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios e
- c) Concessão aos funcionários, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 60 meses

b2) Assistência médica

Notas Explicativas



A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais assistência médica por um período de 36 (trinta e seis) meses. A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 30.282 (R\$ 27.824 em 2016).

A Companhia adota a norma do CPC 33 (R1) - Plano de Benefícios a Empregados, para o benefício de assistência médica pós-emprego.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria. O montante dessa participação registrado no passivo, em 31 de março de 2017, foi de R\$ 15.608 (R\$ 11.421 em 2016).

19. Provisões

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	10.404	-6.415	3.989	10.240	-5.462	4.778
Fiscal	20	-	20	20	-	20
Cíveis	716	-	716	776	-	776
Total	11.140	-6.415	4.725	11.036	-5.462	5.574

19.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 10.404 é composto por: a) 140 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 7.105 e b) 73 processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 3.299. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 596 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 38.267.

19.2 Processo fiscal

Refere-se à provisão da CSLL do período de 2001 a 2005, reportada na nota explicativa 19.4, letra b.

19.3 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 22 processos no total de R\$ 716. Não foram contabilizadas provisões de 566 processos no montante de R\$ 65.695 por não representarem chances prováveis de perdas.

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para contingências, encerrado em 31 de março de 2017, tem a seguinte composição:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	766	10.240	20	876	10.899	-
Adição à provisão	-	645	-	5	754	20
Utilização	-60	-481	-	-105	-1.413	-
Saldo final	716	10.404	20	776	10.240	20

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

19.4 Processos tributários e previdenciários

a) Processos administrativos fiscais e previdenciários

Após a fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração nas quais apontaram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 13.250. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL

Após fiscalização sobre a base de cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda para o período de 2001 a 2005 e posteriormente para o ano de 2006, foram emitidos Autos de Infração, no montante de R\$ 12.985. A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos até última instância, obtendo êxito na anulação parcial dos Autos de Infração. Dessa forma, o valor atualizado de R\$ 4.231 à título de Contribuição Social vem sendo pago através do parcelamento nº 10.830.722.073/2015-21 junto à Receita Federal do Brasil (RFB), e os valores referentes ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item b.1).

b.1) Processo Judicial de compensação de IRPJ e CSLL

Em 26/03/2015 foi ajuizada ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005224-87.2015.4.03.6105) requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito relativo ao IRPJ no valor original de R\$ 7.365 em razão da imunidade tributária vigente, tendo sido deferida a liminar em 31/03/2015. Em 19/05/2016 sentença improcedente. A SANASA recorreu da decisão e o processo foi encaminhado ao TRF3 para julgamento do recurso.

c) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS

Através do recebimento de 11 Termos de Intimações Fiscais, considerando “não declaradas” as compensações declaradas por Dcomp, a SANASA foi autuada em R\$ 10.391, mais multa isolada de R\$ 8.228. A autuação foi motivada pela divergência de posicionamento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da não cumulatividade, quando o método correto do cálculo seria o da cumulatividade, devido após o reconhecimento da imunidade tributária federal. A multa isolada está em processo de impugnação administrativa.

c.1) Processo Judicial de compensação de PIS e COFINS

A SANASA, em 24/07/2014, impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0007477-82.2014.4.03.6105) com pedido de liminar requerendo a concessão da inexigibilidade da cobrança, bem como o direito em recorrer administrativamente, o que lhe fora tolhido razoado pelo procedimento administrativo fiscal ao qual a RFB aplicou 11 autuações à SANASA, mencionados no item “c”. Em 06/08/2014 foi indeferida a liminar, e em 14/08/2014 foi interposto Agravo de Instrumento contra a referida decisão.

Em 14/10/2014 foi concedida a liminar pelo TRF3, sendo a RFB oficiada da decisão em 16/10/2014. Porém, em 14/01/2015 foi proferida a decisão denegando a segurança pleiteada, sendo que em 28/01/2015 a SANASA recorreu da decisão através de recurso de apelação,

Notas Explicativas



ao qual, após concessão de liminar na Medida Cautelar dirigida ao TRF (0006534-13.2015.4.03.0000), foi atribuído o efeito suspensivo, suspendendo a exigibilidade do crédito até decisão do recurso em 2ª Instância que se encontra pendente de julgamento desde 14/09/2015.

d) Processo da Imunidade Tributária

d.1) Federal

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, em 14/11/2008, a SANASA ajuizou Ação Declaratória (proc. nº 0011866-23.2008.403.6105) requerendo a declaração da imunidade tributária recíproca relativa aos impostos federais e das contribuições sociais. Após indeferimento inicial, no dia 11/02/2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento (proc. nº 2008.03.00.048892-3), em trâmite perante o TRF3. Com isto, a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29/01/2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido, reconhecendo-se a imunidade tributária relativa aos impostos federais, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Em 19/04/2010 a União recorreu da decisão e o recurso se encontra pendente de julgamento no TRF3 desde 17/08/2010, permanecendo válidos os efeitos da sentença anteriormente concedida.

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

d.2) Estadual

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória (proc. nº 0004017-82.2010.8.26.0114) requerendo a declaração da Imunidade tributária recíproca relativa ao IPVA. Após ter sido julgado improcedente, a SANASA recorreu da decisão, sendo que, em 07/11/2013 o recurso foi julgado procedente sendo declarada a Imunidade Estadual do IPVA, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Entretanto, o Estado interpôs Recurso Extraordinário contra a decisão, ao qual foi negado seguimento, sendo que o Estado agravou da decisão e está pendente de julgamento.

d.3) Municipal

A SANASA requereu junto à Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da imunidade de impostos municipais, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15/05/2010, ficando a SANASA imune aos referidos impostos.

e) Processo Judicial das Verbas Indenizatórias

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0015922-60.2012.403.6105) para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias, Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e contribuições previdenciárias devidas a terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 13º salário; e) 1/3 de férias. Em 10/06/2013 houve sentença concedendo a segurança em parte, com exceção dos itens c) e d). Todavia, em 06/08/2014, o Tribunal anulou a sentença de 1ª Instância devido a necessidade de incluir os Terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e FNDE) no polo passivo da ação. O processo foi remetido à 4ª Vara de Campinas e em 15/09/2015 foi acolhido o pedido de manutenção da liminar anteriormente concedida, ou seja, manteve suspensa a exigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o montante pago pela empresa das verbas supramencionadas, com exceção dos itens c) e d), determinando ainda, a citação dos Terceiros. Citados, contestaram a ação e a SANASA apresentou as réplicas. Em 31/05/2016, foi proferida sentença procedente em parte. As partes contrárias recorreram da decisão e o processo será encaminhado ao TRF3 para julgamento dos recursos.

f) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (Demanda Contratada)

Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida (proc. nº 0089120-86.2012.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de

Notas Explicativas



cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão da matéria estar pacificada no STJ. Em 08/01/2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, sendo que, em 22/01/2015, o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexigibilidade do ICMS sobre demanda de energia contratada, bem como a devolução do indébito no valor de R\$ 186, corrigidos e com juros de 0,5% a partir do efetivo recolhimento, após o trânsito em julgado da ação. O Estado recorreu da decisão e em 24/02/2016 o recurso foi julgado improcedente, sendo que, os efeitos da sentença permanecem vigentes. Em 29/03/2016 o Estado recorreu ao STJ e STF e em razão da repercussão geral, o processo foi suspenso até decisão a final do STF sobre o tema.

g) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (TUSD)

Considerando o entendimento expressivo no STJ, em 14/10/2015 a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a TUSD – Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição consumida (proc. nº 1033728-42.2015.826.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 15/10/2015 o juiz acolheu o pedido de tutela antecipada e determinou a imediata suspensão da exigibilidade da cobrança de ICMS sobre a TUSD. Em 02/06/2016 a ação foi julgada procedente. O Estado de São Paulo recorreu da decisão e por maioria de votos o Tribunal negou provimento ao recurso. O Estado apresentou Embargos de Declaração o qual está pendente de análise.

h) Processo Judicial do INSS sobre fatura de Cooperativas de Trabalho

Considerando a declaração de inconstitucionalidade pelo STF do art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, que previa a exigência de contribuição social à alíquota de 15% sobre 30% da fatura de serviços da cooperativa médica Unimed Campinas, em 26/06/2014 a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para a obtenção de referido benefício fiscal, bem como a restituição dos últimos 5 anos (proc. nº 0006561-48.2014.4.03.6105). Em 24/10/2014 foi concedida a segurança em decisão de sentença de 1º grau, afastando a exigibilidade da cobrança, bem como a repetição do indébito dos últimos 5 anos, sendo a RFB oficiada da decisão em 30/10/2014. A União recorreu da decisão, mas em 18/03/2016 o recurso foi julgado improcedente. Entretanto, com a edição da Resolução do Senado 10/2016 declarando a cobrança inconstitucional, a SANASA promoveu a compensação do indébito antes do trânsito em julgado, que ocorreu em 22/06/2016.

i) Processo Judicial do Adicional de 10% sobre o FGTS:

Considerando o entendimento de esgotamento da finalidade que justificou a instituição da Contribuição Social Geral do art. 1º da LC nº 110/2001, em 24/10/2014 a SANASA ajuizou Ação Ordinária (proc. nº 0010946-39.2014.4.03.6105) com o intuito de liminarmente suspender a exigibilidade do recolhimento da contribuição. Em 10/11/2014 a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 19/11/2014 a SANASA recorreu da decisão e em 10/10/2016 foi negado provimento ao recurso. A SANASA recorreu da decisão ao STF e está aguardando o julgamento.

j) Processo Judicial de Anulação de Débito Fiscal:

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal e a não homologação de 07 (sete) das 19 (dezenove) compensações tributárias promovidas pela SANASA fundamentado pelo alargamento da base de cálculo das referidas contribuições trazidas pelo art. 3º da Lei nº. 9718/98, o qual foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 346.084, a SANASA ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais em razão da legalidade do procedimento, bem como justificado pela homologação de outras 12 (doze) compensações tributárias promovidas sob a mesma base legal. Em 20/10/2015 foi indeferida a tutela antecipada em 1ª instância e por essa razão em 26/10/2015 a SANASA agravou da decisão. Em 14/12/2015 o TRF3 indeferiu o pedido de tutela antecipada. Dessa forma, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário somente ocorreria com o depósito judicial do valor integral do crédito, o que se mostrou inviável. Em 1ª instância foi acolhido pedido de perícia contábil, sendo indicado assistente técnico e apresentado quesitos. Isto posto, a SANASA aderiu ao parcelamento do valor junto à RFB em razão do risco de inclusão no CADIN, sendo que, em caso de êxito na presente demanda, a SANASA ajuizará uma ação judicial de restituição dos valores pagos no referido parcelamento.

19.5 Processos cíveis

k) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios

Notas Explicativas



Em 21/02/2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28/04/2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21/05/2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05/08/2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 562, considerando que a margem líquida da ECT foi de 0,06% em 2014, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus. O processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, sem notícia de data de julgamento.

20. Receita diferida – subvenções governamentais

A Companhia obteve da União, no 1º trimestre de 2017, recursos no montante de R\$ 1.373 (R\$ 1.663, no 1º trimestre de 2016) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	31/03/2017	31/12/2016	
Programa de Aceleração do Crescimento			
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	69.971	70.858	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	42.466	43.405	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	23.808	24.130	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	6.477	6.595	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	7.774	7.263	Junho de 2017
Total Programa de Aceleração do Crescimento	150.496	152.251	
Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)			
Sistema de Água - Região de Viracopos	3.598	3.618	Obra encerrada
Total Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)	3.598	3.618	
Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)			
Estação de Tratamento de Lodo - ETA's III e IV	2.755	2.755	Abril de 2017
Troca de Redes de Água - Vila Joaquim Inácio	2.448	2.461	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - San Martin	2.868	2.917	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Liceu / Chapadão	1.932	1.943	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Cruzeiro / Jardim Leonor	1.580	1.589	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Castelo Branco	1.545	1.554	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Cândida	1.244	1.261	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim das Oliveiras	1.979	1.989	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Paraíso	1.143	1.148	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Flamboyant	1.407	1.414	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Nova	1.311	1.311	Junho de 2017
Troca de Redes de Água - Parque São Quirino	1.757	1.377	Junho de 2017
Troca de Redes de Água - Vila Modesto Fernandes	1.197	807	Agosto de 2017
Troca de Redes de Água - Jardim Afife	735	643	Agosto de 2017
Total Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)	23.901	23.169	

Notas Explicativas



Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	31/03/2017	31/12/2016	
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo	1.305	1.341	Obra encerrada
Total Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1.305	1.341	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	2.047	2.071	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Proença	2.105	2.117	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	2.035	2.046	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	2.340	2.352	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	927	939	Obra encerrada
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	159	166	Obra encerrada
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	9.613	9.691	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA			
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	2.142	2.153	Obra encerrada
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	1.481	1.508	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	369	387	
Controle de Perdas	13.831	13.851	Abril de 2017
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas – REÁGUA	17.823	17.899	
Total Geral	206.736	207.969	
Circulante	10.398	10.358	
Não Circulante	196.338	197.611	

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. No primeiro trimestre de 2017 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 2.606 (R\$ 2.302 no 1º trimestre de 2016) a título de Receitas de Subvenções.

21. Capital social e reservas

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 318.747.898 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de março de 2017 (408.097.448 ações em 31 de março de 2016).

Acionista	Quantidade de ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	318.721.291	99,991652745%
COHAB	5.320	0,001669031%
EMDEC	5.320	0,001669031%
SETEC	5.320	0,001669031%
Lauro Pércles Gonçalves	5.320	0,001669031%
Ozair Rizzo	5.320	0,001669031%
Silvio Roberto Bernardin	1	0,00000300%
Arly de Lara Romêo	1	0,00000300%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,00000300%
Pedro Benedito Maciel Neto	1	0,00000300%
Michel Abrão Ferreira	1	0,00000300%
Wanderley de Almeida	1	0,00000300%
Agenor Soares	1	0,00000300%
Total	318.747.898	100,00000000%

b) Remuneração aos acionistas

Notas Explicativas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no 1º trimestre de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o 1º trimestre de 2016, conforme quadro abaixo:

	Básico e Diluído	
	31/03/2017	31/03/2016
Resultado líquido do exercício	15.470	11.524
Média ponderada de ações (mil ações)	318.748	408.097
Resultado por ação	0,0485	0,0282

d) Reservas de lucros**d.1) Reserva legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

d.2) Reserva para Investimentos

É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. Esta reserva não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

d.3) Reserva de Incentivo Governamental

É constituída nos termos do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

22. Receita operacional bruta

	1º Trimestre de 2017	1º Trimestre de 2016
Receita bruta fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	215.321	185.775
Prestação de serviços	7.978	5.980
Redes de água e esgoto	1.344	2.485
Total	224.643	194.240
Descontos, retificações e devoluções	-13.466	-14.096
Contribuições sobre vendas e serviços	-8.767	-7.471
Total da receita líquida de vendas e serviços	202.410	172.673

Notas Explicativas



23. Resultado financeiro

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Juros de mora sobre arrecadações	4.417	3.372
Variações monetárias de arrecadações	2.622	933
Rendimentos de aplicações financeiras	2.129	492
Variações monetárias ativas	2	2
Juros ativos	113	122
Outras	70	56
Descontos obtidos	-	125
Ajuste a valor presente	28	-728
Total das receitas financeiras	9.381	4.374
Despesas financeiras		
Juros passivos	-13.154	-10.116
Juros – encargos sociais e fiscais	-2.847	-2.694
Variações monetárias passivas	-1.516	-1.577
Despesas de financiamento	-1.183	-684
Descontos concedidos	-3.047	-996
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-154	-1.192
Total das despesas financeiras	-21.901	-17.259
Total do resultado financeiro	-12.520	-12.885

24. Outras receitas e despesas

	31/03/2017	31/03/2016
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos	2.540	2.083
Subvenções governamentais	2.606	2.302
Sem par conta corrente	680	772
Termos de autorização de uso	273	246
Multas contratuais	79	154
Exclusividade de prestação de serviços financeiros	20	270
Outros	262	432
Totais das outras receitas	6.460	6.259
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	-99	-60
Totais das outras despesas	-99	-60
Total das outras receitas e despesas	6.361	6.199

25. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		31/03/2017	31/12/2016
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	37.620	3.386	3.238
Parcela do lucro não realizado – órgãos públicos	20.677	1.861	1.602
Total		5.247	4.840

Notas Explicativas



26. Cobertura de seguros

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Março de 2017			Total
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.011	-	-	1.011
Aplicações financeiras	91.666	-	-	91.666
Contas a receber de clientes	-	182.670	-	182.670
Total	92.677	182.670	-	275.347
Passivos				
Financiamentos	-	-	359.425	359.425
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	51.193	51.193
Fornecedores	-	-	30.968	30.968
Total	-	-	441.586	441.586

	31 de Dezembro de 2016			Total
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Ativos				
Caixa e equivalentes	3.943	-	-	3.943
Aplicações financeiras	28.362	-	-	28.362
Contas a receber de clientes	-	174.992	-	174.992
Total	32.305	174.992	-	207.297
Passivos				
Financiamentos	-	-	271.690	271.690
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	51.651	51.651
Fornecedores	-	-	61.794	61.794
Total	-	-	385.135	385.135

Notas Explicativas



Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Custo Amortizado, que abrange principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, e conforme item 29 do CPC 40 (R1), para estes casos, as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de Março de 2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.011	-	1.011
Aplicações financeiras	-	91.666	-	91.666
Total	-	62.677	-	62.677

	31 de Dezembro de 2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	3.943	-	3.943
Aplicações financeiras	-	28.362	-	28.362
Total	-	32.305	-	32.305

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de 182.670 em 31 de março de 2017 e R\$ 174.992 em 31 de dezembro de 2016 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de março de 2017, é de R\$ 19.072 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 40,7%; e b) na categoria comercial com os hospitais em 15,3%) representando 9,4% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2016, esta provisão era de R\$ 16.934, equivalentes a 8,8%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

b) Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de

Notas Explicativas



endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

O cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos está evidenciado na nota explicativa nº 14.

c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

27.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A SANASA está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, a partir de um cenário considerado provável pela Administração com base nas taxas do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TR (Taxa Referencial) e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), além de outros dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas:

Instrumentos financeiros	Exposição	Risco	Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos	91.666	Var. CCB/CDI	12,13	11.119	15,16	13.897	18,20	16.683
Passivos	(95.822)	Var. TR	10,22	(9.795)	10,68	(10.231)	11,13	(10.667)
Passivos	(271.254)	Var. CDI	25,15	(68.223)	28,53	(77.396)	31,93	(86.599)
Passivos	(4.181)	Sem risco	7,32	(306)	7,97	(333)	8,64	(361)
Total	(279.591)			(67.205)		(74.063)		(80.944)

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas:

Instrumentos financeiros	Exposição	Risco	Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos	91.666	Var. CCB/CDI	12,13	11.119	9,10	8.342	6,07	5.564
Passivos	(95.822)	Var. TR	10,22	(9.795)	9,77	(9.359)	9,31	(8.922)
Passivos	(271.254)	Var. CDI	25,15	(68.223)	21,77	(59.048)	18,39	(49.876)
Passivos	(4.181)	Sem risco	7,32	(306)	6,67	(279)	6,03	(252)
Total	(279.591)			(67.205)		(60.344)		(53.486)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

Notas Explicativas**Conselho de Administração**

Silvio Roberto Bernardin
Presidente do Conselho

Arly de Lara Romêo
Conselheiro

Pedro Cláudio da Silva
Conselheiro

Michel Abrão Ferreira
Conselheiro

Wanderley de Almeida
Conselheiro

Pedro Benedito Maciel Neto
Conselheiro

Agenor Soares
Conselheiro

Diretoria Executiva

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Paulo Jorge Zeraik
Diretor Administrativo

Luiz Fernando Lopes
Diretor Comercial

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Controladoria

Antonio Moreira Franco Junior
Gerente de Controladoria
CRC 1SP219088/O-3

Jean Carlos Pereira
Contador
CRC 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

São Paulo, 05 de maio de 2017.

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

Rogério Wech Adriano

Contador CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Informações Trimestrais que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2017 e seu comparativo com o período de 31 de março de 2016, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audilink & Cia Auditores. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 05 de maio de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do trimestre, o Conselho Fiscal entende que tais documentos estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade.

Campinas, 05 de maio de 2017.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA

CELSO LAPA VETTORI

REINALDO CAMPANHOLI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e consolidada com a Instrução CVM nº 520, de 16 de abril de 2012, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 31 de março de 2017, e seu comparativo com o período de 31 de março de 2016, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Campinas, 05 de maio de 2017.

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos

Diretor Técnico

Luiz Fernando Lopes

Diretor Comercial

Paulo Jorge Zeraik

Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva

Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, consolidada com a Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Audilink & Cia Auditores, relativamente às Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 31 de março de 2017.

Campinas, 5 de maio de 2017.

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos

Diretor Técnico

Luiz Fernando Lopes

Diretor Comercial

Paulo Jorge Zeraik

Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva

Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores